
**AUTOFICÇÃO E MEMÓRIA SOCIAL
EM *O IRMÃO ALEMÃO*, DE CHICO BUARQUE**

Autofiction and social memory in *O irmão alemão*, by Chico Buarque

Francielli Noya Toso¹

Fabiola Simão Padilha Trefzger²

RESUMO: Neste texto, o trauma de ter um parente desaparecido é analisado na obra contemporânea *O irmão alemão* (2014), de Chico Buarque, relacionando experiência histórica e experiência de linguagem. Os cortes catastróficos do século XX, como a *Shoah* e os crimes dos agentes das ditaduras latino-americanas, deixaram tensões sociais difíceis de serem resolvidas, mas, no caso brasileiro, politicamente apagadas do debate público. Portanto, tendo em vista esse problema histórico e ético, o artigo busca ler a narrativa de Chico Buarque enquanto arquivo cultural da ditadura, inserindo o romance em pauta no rol de obras literárias que problematizam um episódio traumático da história brasileira, que foi o golpe de 1964 e suas consequências para uma democracia instável no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Chico Buarque; Autoficção; Trauma.

ABSTRACT: In this text, the trauma of having a missing relative is analyzed in the contemporary work *O irmão alemão* (2014), by Chico Buarque, relating historical experience to experience of language. The catastrophic cuts of the 20th century, such as *the Shoah* and the crimes of agents of Latin American dictatorships, left social tensions difficult to resolve, but, in the Brazilian case, they were politically removed from public debate. Therefore, bearing in mind this historical and ethical problem, the article seeks to read Chico Buarque's narrative as a cultural archive of the dictatorship, inserting the novel in the roll of literary works that problematize a traumatic episode in Brazilian history, which was the 1964 coup and its consequences for an unstable democracy in the present.

KEYWORDS: Chico Buarque, Autofiction, Trauma.

INTRODUÇÃO

O irmão alemão (2014), de Chico Buarque, é um romance contemporâneo que teve um grande volume de vendas e uma recepção

¹ Mestre e doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil. E-mail: franciellitoso@hotmail.com.

² Doutora em Letras e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil. E-mail: abiolapadilha27@gmail.com.

amistosa no âmbito da crítica literária. A primeira afirmação pode ser averiguada no *ranking* de livros de ficção comercializados em 2014 e 2015 divulgado pela *Publish News*, em que o autor dispara como o único escritor brasileiro na lista dos livros de ficção mais vendidos no país no ano de 2015.³ A respeito da recepção crítica, o romance acumulou entre os anos de 2014 e 2015 um volume considerável de resenhas publicadas por jornalistas e doutores em portais midiáticos de grande circulação⁴ e em periódicos acadêmicos. A circulação do livro também recebeu muitos engajamentos na internet, que são detectáveis numa pesquisa rápida pelo título do livro no buscador *Google*: aparecem diversos vídeos de resenhas amadoras publicados na plataforma *Youtube*. Essa recepção foi mobilizada pela atuação do mercado editorial e do público, que alimentou a discussão sobre o romance nas redes sociais e grupos de leitura. À parte as estratégias publicitárias para a venda de livro, em termos de tecnologia narrativa, de onde vem o interesse pelo romance de Chico Buarque? A pergunta toma como fato que os três romances anteriores ao lançamento de *O irmão alemão* obtiveram considerável participação da indústria cultural em sua promoção, sendo também muito vendidos; mas a recepção foi mista, havendo inclusive contestação de jornalistas contra prêmios angariados pelo autor, como o Jabuti de 2010.

Para entender o sucesso de vendas da maioria dos livros que Chico Buarque publicou, é preciso levar em conta o alcance de seu nome de autor. Isto é: não se trata de um nome comum estampado nas capas de romances; pelo contrário, ele agrega diversas narrativas em torno da figura pública e exerce, ainda, uma atração poderosa em torno do que assina, gerando, por isso, uma *griffe* (DELMASCHIO, 2007). Logo, a presença de elementos autobiográficos num pano de fundo histórico tornou o livro *O irmão alemão* bastante procurado nas livrarias, como também conduziu a obra do autor cada vez mais para o campo de debate dos estudos literários voltado para a escrita de si, aproximando-a, principalmente, das pesquisas que investigam a autoficção. É possível enumerar os trabalhos publicados em anais de congresso da área de letras e artigos em periódicos eletrônicos que realizam a interface de leitura desse romance de Chico Buarque com a autoficção, entre os quais os de Annalice Del Vecchio de Lima (2015), Maria Isolina de Castro Soares (2017), Jhonatan Rodrigues Peixoto da Silva (2017).

³ No fim de 2015, o portal de notícias *Band* publicou uma notícia com o título “CHICO Buarque é o único brasileiro entre mais lidos” (2015), destacando o fato de apenas um autor nacional superar a força mercadológica dos autores estrangeiros, que detém a maior parte do saldo de vendas de livros de ficção das livrarias no Brasil.

⁴ A imprensa teve um papel fundamental na promoção do livro *O irmão alemão*. Diversos jornalistas com formação e atuação na área cultural, além de estudiosos do campo literário, publicaram resenhas positivas em portais como *O Globo* (CASTELLO, 2014), *Folha de S. Paulo* (COZER, 2014), *Uol* (MIYAZAWA, 2014), *Veja* (MAIA, 2014), *Piauí* (SCARPIN, 2015), *Observador* (COELHO, 2015).

A autoficção é um fenômeno literário que desde os anos 1970 está em evidência e tem sido objeto de atenção de estudos multidisciplinares acerca do “retorno do autor”, tais como os de Régine Robin (1997), Diana Klinger (2007), Paula Sibilia (2007), Eurídice Figueiredo (2013), Leonor Arfuch (2010). O termo autoficção foi cunhado por Serge Doubrovsky, quando publicou a obra *Fils* (1977). O objetivo de Doubrovsky era contrapor a autoficção à autobiografia clássica, como definida por Phillippe Lejeune (1975), trazendo, assim, questionamentos em torno da categoria da verdade.

As principais condições para se estabelecer a autoficção, segundo seu inventor, eram a configuração enquanto romance e a referência nominal (coincidência entre nome de autor e personagem). Desde que surgiu o termo, no entanto, sua definição foi alvo de diversos debates, tendo inclusive conceitos contraditórios nos dicionários. “De comum, todas as variantes formais e temáticas da autoficção teriam a reapropriação do eu e a volta do sujeito” (FIGUEIREDO, 2013, p. 63). Uma das possibilidades que a autoficção fornece ao escritor e que será importante considerar neste artigo é o procedimento de “ficcionalização de si”.

De outro lado, os desaparecimentos de personagens baseados em sujeitos reais e daqueles que habitam o plano ficcional do romance, apresentados em contextos de autoritarismo, impulsionam reflexões que aproximam o espaço literário e o espaço político. O que também abre a possibilidade de se realizarem leituras que inserem a obra no rol de estudos acerca da literatura de testemunho (KUNTZ;LORO, 2017). Considerando haver, portanto, neste romance, um cruzamento formal entre autoficção e narrativas literárias testemunhais, discutiremos as seguintes questões: qual a contribuição do romance *O irmão alemão* para o debate contemporâneo acerca das liberdades democráticas e estado de exceção? Quais implicações existem na ficcionalização de arquivos históricos, incluindo a encenação de sujeitos desaparecidos? Quais os efeitos de uma narrativa autoficcional num programa estético que desenvolve uma denúncia social?

AUTOFICÇÃO E ARQUIVO FICCIONAL

Na primeira página do romance *O irmão alemão* (2014), de Chico Buarque, é apresentada uma carta retirada do interior de um dos livros que compõem a numerosa biblioteca do pai do narrador. Por estar a carta redigida em alemão, seu assunto é um mistério para o leitor e para aquele que a descobriu. O narrador-personagem não entende a língua estrangeira e expõe inicialmente apenas três informações: uma saudação na primeira linha; o destinatário Sérgio de Hollander logo abaixo; e, no final, a assinatura de uma remetente chamada Anne. A carta é antiga, muito anterior ao nascimento

daquele que agora a tem em mãos. Um canal com o passado se abre, e o protagonista inicia sua obsessão, alimentando a hipótese de que o documento possa ter vínculo com algum relacionamento do tempo de solteiro do pai.

Essa carta comporta-se no romance como um arquivo que ligará o protagonista ao contexto da II Guerra Mundial, em busca de um indivíduo apartado da família biológica durante a infância e cujo nome só será revelado ao final do texto: Sergio Günther. O material da primeira página se juntará a outros, a exemplo de uma fotografia antiga que mais à frente também será encontrada pelo narrador, para comporem um tabuleiro de arquivos que em diversos momentos é ficcionalizado, sugerindo uma cena de bastidores da história.

O narrador, Francisco de Hollander ou Ciccio, logo se empenha em descobrir o conteúdo da carta com a ajuda intimidadora de um sujeito apresentado num bar de imigrantes alemães. Assim, a partir de uma tradução grotesca, é confirmada a suspeita inicial de que Sérgio de Hollander teria concebido um filho com uma antiga namorada enquanto esteve na Alemanha; mas que jamais conseguira contato com a criança, devido às restrições do regime nazista.

Alguns encontros com sujeitos em carne e osso já são evidentes desde o início do romance: a) a quase homonímia entre autor e narrador, frisada pela quase coincidência entre Francisco Buarque de Hollanda e Francisco de Hollander; b) a referência paterna, também quase homonímica – Sérgio Buarque de Hollanda e Sérgio de Hollander. Tanto o Francisco quanto o Sérgio reais correspondem a pessoas públicas que tiveram papel ativo na produção cultural e intelectual do Brasil. Os Francisco e Sérgio do romance possuem com eles algumas aproximações, mas desde os nomes há uma marcação de rompimento com uma total coincidência entre realidade e ficção. A dúvida triunfa em torno das cenas montadas: documentos, informações extratextuais, personagens reais e ficcionais intervêm num enredo detetivesco.

Esse tipo de configuração da narrativa, logo no início, mantém o leitor muito atento, entre o *voyerismo* e o interesse pela ilusão romanesca. Isso será reforçado pela participação da imprensa na promoção do livro. Na época do lançamento, foram publicadas matérias que relatavam a participação do editor Luiz Schwarz, da Companhia das Letras, na pesquisa sobre o irmão alemão de Chico Buarque. O editor contactou os historiadores Sidney Challoub e João Klug, que foram cruciais na busca por arquivos sobre Sergio Günther, o irmão alemão. A conclusão da pesquisa foi exposta pela mídia. Sendo assim, ao conhecer esses bastidores, o leitor ganha acesso a mais um nível de leitura sobre a investigação fictícia.

No romance, a existência de um irmão estrangeiro desaparecido era um fato até então pouco elucidado pela família Hollander e desdobra-se no

enredo em forma de *leitmotiv*. Portanto, é possível acompanhar as elucubrações do narrador podendo ter em vista, como mencionado anteriormente, a informação midiática de que o autor tem uma história semelhante e escreveu o romance durante uma viagem investigativa, com o auxílio de pesquisadores especializados.⁵ Isso impulsiona ainda mais o *voyerismo*, que, paradoxalmente, não é limitado pelo entrelaçamento ficcional; pelo contrário. Daí o movimento da autoficção provocar um *efeito de leitura* bem característico.

Evando Nascimento (2010) discute a autoficção sem encaixá-la no que ele chama de “compota dos gêneros”. Assim, afirma que essa deva ser encarada como um efeito de leitura, possibilitado pela co-participação entre leitor e autor, sem envolver qualquer pacto de verdade. Para o estudioso, é preciso haver troca de papéis, de maneira que o leitor atribua também algo de sua vida à ficção. A presença ativa do receptor do romance, nessa interação, engendra um fenômeno menos narcísico à escrita de si, como também faz mais jus ao rompimento com a convenção ficcional promovida pela invenção de Doubrovski (NASCIMENTO, 2011, p. 195).

Ao mesmo tempo que parece compartilhar dessas prováveis pulsões do leitor, Ciccio acredita ser capaz de descobrir mais informações para solucionar o distanciamento que não só o irmão estrangeiro tem, mas que ele mesmo acredita existir, entre si e o pai. Sérgio de Hollander é uma projeção paterna de imenso capital cultural, e o interesse pelo irmão desconhecido é consequência dessa projeção, tornando-se uma obsessão ou, como diria Brás Cubas, uma ideia fixa.⁶

A casa da família Hollander, desde a infância do narrador, é abarrotada de livros, com estantes que parecem sustentar as paredes do lar. O pai é uma espécie de bibliófilo e intelectual que, segundo a mãe, está escrevendo o melhor “libro del mondo”, por isso tem que ler antes todos os outros. Para Ciccio, existe nesse arranjo familiar, com os livros e a postura grave do pai, uma ilha de civilidade e segurança.

Até então, para mim, paredes eram feitas de livros, sem o seu suporte, desabariam casas como a minha, que até no banheiro e na cozinha tinha estantes do teto ao chão. E era nos livros que eu me escorava, desde muito pequeno, nos momentos de perigo

⁵ Algumas matérias jornalísticas debruçaram-se sobre as viagens de Chico Buarque à Alemanha em busca de informações sobre o irmão desconhecido. Também foi lançado em 2015, o documentário *Chico Buarque – Artista brasileiro*, de Miguel Farias Jr, com comentários acerca dessa viagem e relatos de memórias familiares que tocam no assunto do irmão.

⁶ Para conhecer mais sobre os desaparecidos como ideia fixa dos romances de Chico Buarque, o artigo de Welter (2017) faz essa leitura em três romances do autor: *Benjamim, Leite derramado e O irmão alemão*.

real ou imaginário, como ainda hoje nas alturas grudo as costas na parede ao sentir vertigem. (BUARQUE, 2014, p. 16)

Este trecho é importante por evidenciar a relação do personagem com seus familiares, a casa e os livros. Todos estão ligados e são determinantes na formação do papel de filho que exerce Ciccio: aquele que está sob proteção e não tem muita autonomia. Essa é uma fantasia que mais à frente será brutalmente arrasada. Mas nos primeiros capítulos, o filho está encastelado pelos livros, que não se restringem ao escritório, mas estão onipresentes pela casa. Eles estão em todos os cômodos, mas, como metonímias do pai, não são totalmente acessíveis. Não à toa, a existência do irmão alemão foi um segredo recolhido de um livro, em que estava uma carta numa língua que o narrador não dominava.

Logo após ter encontrado a carta, beber com um amigo e o sujeito que viria a traduzi-la, Ciccio invoca, no bar, suas projeções, no ímpeto de preencher com a imaginação as lacunas do seu conhecimento acerca do passado do pai e do paradeiro do irmão alemão:

Com isso me vem à mente a carta que encontrei por acaso outro dia, e sem querer pego a fantasiar o romance secreto do meu pai em Berlim, já brinco de procurar um irmão alemão no salão. Será um homem de seus trinta anos, provavelmente de óculos, loiro, queixo proeminente, rosto muito comprido, cocuruto alto. Por enquanto o único a preencher parte desses requisitos é o trombonista da orquestra, um branquelo ruivo e bochechudo como seria meu pai antes de envelhecer. (BUARQUE, 2014, p. 26)

A descrição da imagem de Sergio Günther criada por Ciccio revela o quanto do pai é usado para criar os traços desconhecidos do irmão. Essa relação entre a imaginação e a realidade é uma angústia que se estende com as declarações de Chico Buarque sobre a comparação entre a experiência de escrita do romance e a investigação sobre o irmão alemão.

Duas histórias acontecem simultaneamente: meu livro, no plano da imaginação, e ao mesmo tempo, a da busca do meu irmão na vida real. Chegou a um ponto em que hoje meu livro está sendo lançado, a história acabou, e a história do meu irmão continua. O que deu origem ao livro, que era essa indagação – “quem foi esse meu irmão?” – continua existindo. (CHICO: artista brasileiro, 2015, 80 min)

A afirmação de que a história do irmão continua após o lançamento do livro enfrenta uma suspensão ainda mais complicada de se superar, que é o conhecimento de que esse objeto da busca teve sua morte antes de ser encontrado. Ele cresceu e se tornou adulto, constituindo uma história longe da família brasileira. Dessa forma, a pergunta sobre quem foi ele, paradoxalmente, só pode ser entendida na ficção, o que não significa que seja simples de ser representada. É o oposto de ser uma tarefa simples, pois, divagando à volta de uma ausência, enfrenta uma impossibilidade de tradução – assim como a memória.

Não deixa de ser curiosa a opção do autor por se ficcionalizar ao contar em livro a história do irmão desaparecido. A escrita de si como se fosse outro, recriando também um outro do outro, em última instância, faz do leitor uma variedade de co-testemunha das diversas camadas de memória e ficção.

HISTÓRIA E MEMÓRIA SOCIAL

O enredo do livro acompanha a juventude do narrador-protagonista, que tem como pano de fundo um período de interrupção democrática no Brasil: o golpe civil-militar de 1964. Essa contextualização é destacada por outros desaparecimentos de ordem política e pouco esclarecidos durante o romance, como o de Ariosto, que era amigo de Ciccio, e também do irmão conterrâneo, chamado Domingos de Hollander, que era supostamente o favorito do círculo familiar de Sérgio de Hollander. A partir de então, o centro das especulações vai se deslocar do irmão alemão para o irmão brasileiro, utilizando com ainda mais frequência a fantasia, mas de outra forma, que será analisada cuidadosamente mais adiante.

Na passagem a seguir, Assunta, mãe do narrador, que tem um perfil de dona-de-casa zelosa por seus filhos e marido, demonstra preocupação com a ausência de Domingos e o aguarda voltar para casa.

Ele deve estar com a menina em algum hotel. Foi o que eu disse para sossegar mamãe, que passara a noite em branco por causa de maus pressentimentos. De camisola e descabelada, ela fervia o leite para o meu café da manhã quando tocaram a campainha com insistência. Era ele, só podia ser o Mimmo, que tinha perdido de novo as chaves, mas ao abrir a porta a baixinha é atropelada por quatro intrusos que sem apresentações indagam se esta é a residência de Domingos de Hollander. (BUARQUE, 2014, p. 154)

O *status de irmão desaparecido*, condição do irmão alemão, passa a ser dividido com Mimmo, que era um sujeito de convivência diária do protagonista. No primeiro momento do romance, o tema do desaparecimento era uma questão que ocupava um plano fantasioso, relacionado a um irmão estrangeiro e desconhecido. A partir do sumiço de Mimmo, o terror fica mais próximo, asfixiante. Assim, após esse desaparecimento um tanto inesperado, o estado brasileiro escancara num ambiente doméstico sua truculência e pouco apreço à família, que acreditava possuir alguma influência nas instituições.

Papai de fato recorreu ao secretário de Justiça de São Paulo, que não tardou a ligar de volta a fim de lhe comunicar que não localizara o rapaz nas dependências do Estado. Até o editor da Gazeta, com quem meu pai estava rompido, foi solícito e apurou que nos últimos dias a reportagem não havia registrado acidente de trânsito, briga de bar ou qualquer ocorrência policial envolvendo Domingos de Hollander. (BUARQUE, 2014, p. 159)

O desaparecimento de Domingos dá a sua família a experiência de sentir dentro de casa o autoritarismo e o terror de um governo tirânico, que já mostrava a sua violência na dissolução das instituições políticas e na perseguição à oposição. O narrador, ao longo do enredo, descreve com relativo descomprometimento como os militares assumiram o poder executivo e sufocaram manifestações contrárias. A esse tipo de governo, a filósofa Marilena Chauí (1987) denomina de facção vitoriosa, uma vez que tenta validar seu poder por meio de elementos do terror de Estado, se passando por revolucionário sem de fato o ser:

A suspensão de direitos e garantias civis e políticas e a quebra da institucionalidade deram ao golpe de 1.º de Abril a possibilidade de denominar-ser a si mesmo de “revolução”, sem que o fosse sob qualquer aspecto [...] Por que o fez? Para usar os procedimentos do terror legitimados pela retórica revolucionária. Esse uso permitiu que a facção vitoriosa se chamasse governo e fizesse com que as demais forças políticas se tornassem suspeitas, portanto, imediatamente culpadas, e, em nome da Vontade Geral (batizada como nome de Segurança Nacional), impossibilitou o exercício da política e fez da tortura e do aniquilamento físico do adversário suas práticas preferenciais. (CHAUÍ, 1987, p. 132)

Chauí (1987) compara o terror da Revolução Francesa com o golpe de 1964, alertando que em ambos o “dirigente arroga-se o direito de aniquilar física, psíquica e politicamente aqueles que sua retórica designa como ‘inimigos do povo’” (CHAUÍ, 1987, p. 131). Nos dois casos, conforme a reflexão da filósofa, a tortura elimina a política e aniquila a oposição, vigorando apenas a coerção e o terror. No Brasil, os ditos “amigos do povo” durante vinte e cinco anos governaram com “técnicas de terror estatal, fascismo e monarquia medieval” (CHAUÍ, 1987, p. 131).

A historiadora Janaína de Almeida Teles, que testemunhou enquanto vítima as violações do estado brasileiro na ditadura civil-militar, recolheu depoimentos e expôs em livros a situação de familiares dos desaparecidos políticos. Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora evidenciam a produção de uma atmosfera de medo nesse período:

O período ditatorial foi marcado pela dinâmica de práticas que oscilavam entre esconder e mostrar a violência da repressão política, mesclando a intenção de se legitimar, ocultando a tortura institucionalizada do regime, com a necessidade de difundir o medo, forjando casos exemplares que se tornassem uma ameaça permanente a todos. (TELES, 2012, p. 109)

O clima de medo e ameaça constante dessa época é salientado no discurso do narrador de *O irmão alemão* (2014), que, ainda antes do sumiço de seu irmão brasileiro, procura se comportar da maneira mais insuspeita possível para não ser capturado como os outros estudantes:

Posso dizer que minha vida acadêmica está bem encaminhada, embora por enquanto eu me limite a dar aulas de português num cursinho pré-vestibular em troca de uma mixaria. Talvez eu até consiga antes do previsto uma posição no corpo docente da faculdade, pois alguns professores foram afastados, outros se demitiram em solidariedade, fora os que sumiram, fugiram do país. Muitos alunos largaram o curso, e persiste um clima de apreensão no meio universitário desde os acontecimentos de 1968, quando o regime endureceu de vez. (BUARQUE, 2014, p. 73)

Os acontecimentos de 1968 mencionados no romance podem ser uma referência histórica às manifestações estudantis de Paris, mas se deve levar em conta principalmente o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, no mês de março daquele ano, no Brasil. Ele era um estudante secundarista que jantava no restaurante Calabouço, no prédio da

União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, local onde, durante uma manifestação, foi atingido com um tiro no peito por policiais militares. Essa tragédia desencadeou diversos protestos no país contra a violência policial. Em Dezembro, como resposta aos discursos antimilitares no Congresso Nacional, foi promulgado o Ato Institucional n.º 5, que marca o endurecimento do regime. O decreto levou a assinatura do presidente Artur Costa e Silva, resultando na cassação de mandatos de parlamentares de oposição, na suspensão das garantias constitucionais e, o que mais será destacado aqui, na institucionalização da tortura, prática que já era adotada regularmente pelos oficiais militares.

Ciccio adota uma postura de naturalidade diante desse cenário de autoritarismo, até o dia em que Domingos de Hollander não retorna mais para casa e não se tem mais notícia dele. Esse irmão é descrito pelo narrador como um sujeito vulgar que colecionava parceiras sexuais e fazia propaganda do governo no rádio, o que se transforma em ironia quando, já desaparecido: “a locução de Mimmo seguia no ar: quem não vive para servir ao Brasil não serve para viver no Brasil” (BUARQUE, 2014, p. 185). Portanto, do ponto de vista do narrador acerca do perfil de Mimmo, o irmão não parecia oferecer nenhuma oposição ao regime. Entretanto, desaparece quando inicia um namoro com uma mulher argentina, que também não é mais encontrada.

A mulher em questão chama-se Beatriz Alessandri e é conhecida pela família como Tricita. Rastreamento os pertences da namorada de Mimmo, os oficiais do Estado aumentam a tensão na casa dos Hollanders, pela forma como invadem o recinto e tratam os objetos instalados. Eles depredam os livros do pai, arrombam gavetas e levam papéis, sem responder às perguntas sobre o paradeiro do jovem.

Mio figlio!, dov'è mio figlio?, toda vez que está para chorar mamãe regride à língua nativa. Perguntam-me se falo português, anunciam uma busca pelos pertences da hóspede argentina e sem escapatória os conduzo à valise da Tricita no sofá da sala. La valiglia de mia mamma!, protesta mamãe ao ver como eles retalham com canivete o forro da valise, depois de despejarem no tapete as calcinhas, as blusas, as saias, o vestido de bolinhas de Tricita. Não basta, eles procuram cartas, bilhetes, agendas, diários, publicações marxistas, e o vozerio já deve chegar ao escritório onde meu pai, sempre distraidamente atento a tudo, talvez pense que se trate de mais desses jovens ávidos por literatura a quem não nega livros por empréstimo. (BUARQUE, 2014, p. 154)

A invasão domiciliar e a destruição de bens é uma forma de tortura psicológica. O abuso de poder, nesta passagem, se estende a uma sugestão de abuso sexual, na imagem do canivete retalhando a valise e espalhando as roupas de Tricita. No entanto, aquela valise não era da namorada do irmão e sim da mãe. Portanto, nesse trecho, é simbólico o ataque à propriedade, que será mais aprofundado com o avanço da brutalidade policial sobre os livros nas estantes. São objetos que se apresentam como extensões das figuras maternas e paternas naquele lar. Eles representavam, para o protagonista, os suportes de sua infância. Assim, ao golpeá-los, os agentes estão também golpeando a dignidade daqueles indivíduos. Nesse sentido, a autoridade que os pais tinham sobre os filhos e seus pertences sucumbe simultaneamente, e o filho pode sentir necessidade de uma postura mais ativa, assumir o papel de protetor de seus pais, que ocorrerá desse momento em diante no texto. No trecho abaixo, o narrador faz menção a um dos momentos em que os agentes atacam os livros:

Já no quarto do meu irmão, os agentes correm os olhos pelas paredes de livros e parecem assustados com a tarefa que os aguarda. Passam as mãos por cima dos livros, com esforço os arrancam em blocos para ver o que se oculta por trás, e dão com novas paredes de livros ainda mais compactas, onde as baratas se infiltram como por veios de um mármore. (BUARQUE, 2014, p. 156)

Curiosamente, os livros demonstram resistência. Eles não são fáceis de serem retirados e os policiais desistem de dar continuidade ao ataque. A referência às expressões *mármore*, *compacto* e *parede* merece atenção. São palavras que fazem parte do campo semântico da *construção civil*, indicando que aquela casa foi protegida pelo volume de livros “dando suporte” a suas colunas. A casa ser defendida pela solidez dos livros que a mantêm é uma imagem que remete à resistência e ao forte que protege uma comunidade de uma invasão inimiga; mas também são referências diretas ao pai Sérgio de Hollander, como já foi discutido aqui. Portanto, quem resiste na forma de uma biblioteca que se multiplica infinitamente para barrar o avanço fascista é Sérgio, personagem inspirado no intelectual que ajudou a escrever a história do Brasil.

A luta, no entanto, é feita de vários cenários de batalha. Após a invasão malsucedida dos militares, quando já se passara muito tempo sem nenhuma notícia do filho desaparecido, a mãe começa a fantasiar diante de conhecidos que Domingos teria se casado com a moça argentina no exterior. Com esse discurso, ela tenta contornar a verdade e evita lidar com a dor. A despeito disso, o narrador afirma:

Eu já me pegava quase a crer nos lances que [ela] criava, me via até suscetível de alguma estima pelo meu irmão assim fictício e sua muchacha infiel. [...] E eu que nunca morri de amores por aquele irmão, eu que o teria trocado por um irmão alemão sem pestanejar, passei a me inquietar com a ameaça de ficar sem irmão nenhum. Naqueles dias de incerteza eu partilhava sobressaltos com a minha mãe cada vez que tocavam a campainha de casa. (BUARQUE, 2014, p. 160)

O núcleo familiar de Mimmo, portanto, apresenta dificuldades em lidar com seu desaparecimento, como se não desse conta do ocorrido. Esse sentimento explorado na ficção de Chico Buarque já foi exposto em relatos de familiares de desaparecidos e tem sido questão sensível de estudos historiográficos e psicanalíticos:

O silêncio e o esquecimento introduzidos pelo terror do desaparecimento criam uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência dos corpos e de informações a respeito de parentes queridos. O desaparecimento e a falta de um momento de luto assumem uma dimensão tal que impossibilita a emergência de representações de um corte, de um antes e um depois. (TELES, 2012, p. 110)

Essa situação “sem um fim” manteve-se mesmo após a abertura política porque, “no Brasil, o trabalho de luto relacionado a esse período da história não teve o caráter social ou coletivo, como é vivenciado em outros países latino-americanos” (TELES, 2012, p. 110). A Argentina, país que teve uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina, é um caso de vanguardismo no combate à impunidade, uma vez que seus cidadãos mantêm acesa a luta pela justiça. Em 1985, o procurador Julio Cesar Strassera conseguiu a condenação de Jorge Rafael Videla, Emilio Massera, Leopoldo Galtieri, Armando Lambruschini e Orlando Agosti pela ação repressiva que resultou em 30.000 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Desde esse julgamento, o percurso do trabalho de luto teve alguns revezes, sobretudo nas gestões de Raul Alfonsín e Carlos Menem, mas não se paralisou.

O último relatório da Promotoria de Crimes contra a Humanidade do Ministério Público registrou 575 ações contra repressores, com 3020 imputados. Desde 2006, quando os casos foram reabertos, até setembro de 2018, data da última

estatística, os tribunais argentinos proferiram 209 condenações contra 862 indiciados. Outros 715 militares aguardam sentença. A história sombria da ditadura está viva na Argentina. (MOLINA, 2019)

No Brasil, o período de transição para a democracia não foi positivo para se conhecer a história sombria da ditadura. A lei n.º 6.683, denominada Lei da Anistia, promulgada durante o governo de João Batista Figueiredo, em 1979, antes da redemocratização, concedeu anistia a todos os presos políticos, como também aos agentes da ditadura que torturaram e mataram. Essa lei foi consequência da pressão de jornalistas, estudantes e políticos de oposição que realizaram diversos comitês no Brasil e no exterior em defesa de uma anistia ampla e irrestrita dos exilados políticos. A interpretação hegemônica do que foi a lei n.º 6.683, como já manifestaram, entre o período de 2007 a 2012, a Procuradoria Geral da República, o Supremo Tribunal Federal e a ex-presidente Dilma Rousseff, é que a anistia representou um pacto pela redemocratização. Por causa disso, não se poderiam revisar seus benefícios. Esse pacto, no entanto, teve um custo na memória social.

No romance de Chico Buarque, diante da brutalidade das instituições, mecanismos de defesa mentais são acionados por quase todos os membros da família para dar prosseguimento ao cotidiano, à vida, sem aquele irmão ou filho; porém o pai, Sérgio, abatido e cético, passa a demonstrar cada dia mais fragilidade física, transmitindo aos outros a necessidade de protegê-lo da dor. Assim, o pai começa a ser poupado de qualquer situação ou informação que lhe possa causar estresse; até que vem a falecer.

Assunta, como nunca viu o corpo do filho e nunca teve certeza de que tivesse sido sequestrado ou morto, permaneceu esperando sua volta: “era rara a noite em que não descia para lhe abrir a porta, despertada por um toque de buzina ou pelos passos de um gambá lá fora (BUARQUE, 2014, p. 185). A dor da ausência e a incerteza do destino que teve o jovem, faz que Assunta assuma a posição de uma mãe que jamais perde a esperança de rever o filho vivo, sempre adiando o luto.

Ciccio, que já preenchia as lacunas de suas investigações com a imaginação, aproveita essa esperança da mãe para redobrar a ilusão que ela criara: “Ela estranhava que o tempo ultimamente andasse tão pesado, e, de fato, lá em casa, 1973 levou alguns anos para passar. Mesmo quando a situação do país tendia a se amenizar, fiz bem em mantê-la desatualizada, porque o nome do meu irmão não constava em nenhuma lista de beneficiários da anistia” (BUARQUE, 2014, p. 192).

Tal como a personagem da mãe, o narrador também propõe histórias para explicar os desaparecimentos que vivencia, numa tentativa de driblar as ausências. No entanto, ele rodeia em vão diante do silêncio daqueles que

tiveram as suas existências vetadas. Esse comportamento manifesta-se como um trauma. De acordo com Marcio Seligmann-Silva (2000), revisitando Sigmund Freud, o trauma é uma ferida na memória.

O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento *transbordante* – ou seja, como no caso do sublime, trata-se, aqui também, da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” de nossa percepção e torna-se, para nós, algo *sem-forma*. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84)

Essa forma “sem-forma” é como o narrador conduz sua história “sem luto”. Ciccio dá um sentido figurado⁷ a uma narrativa que possui literalidade na experiência de diversas famílias brasileiras que não puderam velar seus parentes perseguidos. O próprio autor do romance, ainda que não tenha um irmão capturado pelo regime, testemunhou de perto as *lutas* das famílias de desaparecidos políticos. Muitas mães, pais e irmãos batalharam no campo da justiça pelo direito de reaver ou saber o que de fato houve com seus entes. A jornada pela verdade obteve poucos êxitos, mas continuou ainda na época da redemocratização, adquirindo maiores avanços a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, que tinha o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

A representação da luta e do desrespeito ao luto das famílias de vítimas do regime não é algo recente nas criações de Chico Buarque. A música “Angélica” é dedicada à peregrinação da estilista Zuzu Angel na busca pelo corpo do filho Stuart Angel Jones, militante de esquerda que foi torturado e morto pelos agentes do estado. A composição foi lançada em 1977, um ano após a morte da mãe. Segundo o autor (BUARQUE, 1985),⁸ ela fazia visitas semanais a diversas casas, até mesmo à dele, para mostrar os relatórios das investigações e denunciar a identidade dos assassinos de Stuart Angel. A letra da canção “Angélica”, por meio de uma linguagem metafórica e implícita, aparenta mencionar uma das versões que circularam sobre o desaparecimento do corpo de Stuart Angel, que, conforme alguns relatos, teria sido desovado em alto-mar (CABRAL; LAPA, 1979, p. 115). Ei-la: “Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse estribilho/ Só queria embalar meu filho/ Que mora na escuridão do mar”. Zuzu Angel também foi

⁷ Marcio Seligmann-Silva, em estudo sobre o trauma e o problema da representação da catástrofe, resgata também Walter Benjamin, que afirma que a passagem do literal para o figurativo é terapêutica (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 89).

⁸ A declaração foi dada em entrevista à rádio Atividade em 1985.

silenciada num acidente de carro que mais tarde foi assumido como atentado.⁹

O apagamento de pessoas que combatiam ou denunciavam os crimes cometidos pelo regime militar foi perpetuado pelo apagamento memorialístico no período de redemocratização. A Lei da Anistia dificultou as investigações e reparações, porém as políticas culturais e educacionais também não tiveram um direcionamento efetivo na produção de memória e de arquivos a respeito das vítimas do estado de exceção, provocando uma amnésia social. Pesquisas sobre livros didáticos de História, como a que foi coordenada pelo professor José Maria Gomez (PUC),¹⁰ no material entregue às escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, evidenciam que a abordagem desse período, apesar de algumas correções recentes, ainda é muito falha, uma vez que desconsidera a questão das perdas das liberdades democráticas, as prisões arbitrárias, a tortura e o desaparecimento de pessoas (GOMEZ *apud* FIGUEIREDO, 2017, p. 26). Segundo o professor José Maria Gomez, em declarações à imprensa, a ausência dessas questões nos materiais escolares está ligada à influência e força política de grupos que pregam o esquecimento e que são evidência do sucesso do regime ditatorial na disseminação de ideias falsas (GOMEZ *apud* MESQUITA, 2015).

O problema de uma anistia irrestrita, que deixa de fora o julgamento por crimes de tortura, é pautado por vários juristas e cientistas políticos, uma vez que, enquanto signatário dos direitos humanos, o Brasil estaria se recusando a julgar crimes contra a humanidade.¹¹ Uma das consequências mais graves dessa falta de memória política é que as técnicas de tortura e violência estatais não ficaram circunscritas aos anos de chumbo da ditadura, porque os governos civis de transição de Tancredo Neves e José Sarney (1985-87), mesmo com “a disposição por parte de vários parlamentares”, não conseguiram romper com a estrutura autoritária das leis de exceção. Assim, diversos vestígios estão presentes nas práticas sociais e nas ideologias (PINHEIRO, 1991, p. 47). Uma permanência marcante desse legado

⁹ Em matéria da *Folha S. Paulo* (2014), é abordado o depoimento de um ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) à Comissão Nacional da Verdade, assumindo pela primeira vez a morte da estilista Zuzu Angel teria sido provocada por agentes da ditadura.

¹⁰ O cientista político e professor José Maria Gomez divulga os resultados de sua pesquisa na imprensa, analisando e problematizando as políticas educacionais em níveis municipal, estadual e federal no tratamento de questões como violações de direitos humanos e ditadura. A pesquisa é crucial para entender como o sistema educacional está atrelado ao apagamento da memória do regime militar, e divulgá-la na imprensa colabora para reacender o debate na sociedade civil.

¹¹ O Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em dois processos relacionados a tortura e homicídio durante a ditadura civil-militar: em 2010, pelo desaparecimento dos militantes do PC do B, conhecido como caso dos Guerrilheiros do Araguaia; em 2018, pela morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI. Segundo as sentenças do CIDH, os dispositivos da Lei da Anistia são incompatíveis com a Convenção Americana, ferindo o pacto pelos direitos humanos.

autoritário, hoje, está no trabalho policial em regiões periféricas, que impõe a violência estatal numa escala ainda maior que a permitida pelos atos institucionais de 1967: contra uma parcela da população que tem cor e classe social marginalizadas. Há, portanto, um Brasil que ainda não viu nenhum lampejo de democracia.

A violência ilegal do Estado e a impunidade da violência por parte dos cidadãos continua depois das transições políticas, mascaradas pela retórica democrática, dissimulando relações de força intocadas. As “instituições da violência”, como a tortura, o racismo, as instituições totais – prisões e manicômios –, os aparelhos repressivos, não são transformados pelas transições, mesmo depois de constituições democráticas. Essas instituições, como antes das transições e depois delas, continuam a ter o mesmo papel relevante para a reprodução da dominação hierárquica em sociedades extremamente desiguais, como a brasileira. (PINHEIRO, 1991, p. 45)

No livro *Literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), Eurídice Figueiredo resgata dos textos de Paul Ricouer o problema do esquecimento:

Há esquecimento de duas ordens: o individual e o coletivo. O esquecimento individual se dá quando uma pessoa, após um trauma, recalca o vivido que provocou o sofrimento, jogando-o no porão do inconsciente; ao não conseguir fazer o trabalho de luto, a pessoa produz sintomas, de maneira repetitiva. Para haver cura, é preciso reviver o trauma através da palavra, ou seja, da narrativa, nas sessões de psicanálise ou através da escrita. Já o esquecimento coletivo vem do desejo ou necessidade de um grupo social de esquecer ou denegar o acontecido. (FIGUEIREDO, 2017, p. 28)

No romance de Chico Buarque, o esquecimento individual, enquanto recalque do vivido, é manifestado pela família do narrador, que vê todas as suas forças minguadas pelo autoritarismo e violência de estado. Primeiro, isso ocorre após o caso Sergio Günther, que foi separado dos seus entes pelo regime nazista; depois Domingos de Hollander, pelo regime militar brasileiro. Essa é uma família que poderia ser confundida com outras: não compõe nenhum grupo político e não leva muito adiante a busca pelo parente ao perceber que, sozinha, não teria como exercer influência sobre o Estado. A injustiça, no entanto, deixa graves sequelas psicológicas.

Assunta é religiosa e deposita na sua fé toda a energia que possui. Com rezas, ela acredita que interceda pela saúde do filho, então permanece, passivamente, aguardando qualquer notícia dele, por carta ou cartão-postal. Esse comportamento é sintomático do trauma, porque “[...] no caso da condição melancólica, o sujeito não admite a sua perda” (GINZBURG *apud* KUNZ; LORO, 2017, p. 354).

Por outro lado, Eleonora, mãe de Ariosto, adota uma postura contrária à de Assunta. Quando Ariosto desaparece, a mãe inicia uma busca incansável, resumindo sua vida a essa causa. Apesar de se posicionar de forma combativa na luta por informações sobre seu filho, Eleonora acumula derrotas que lhe causam marcas físicas destacadas pelo narrador: olheiras profundas, cabelo desordenado e mais ralo.

Ciccio é um sujeito de classe média que parece acompanhar os movimentos do país a relativa distância, tentando o máximo que pode manter sua condição social num ambiente altamente intelectualizado, marcadamente machista e sexista, que é o seu lar. O narrador, enquanto personagem pouco heroico ou empático, é um quadro patriarcal que tem dificuldade de romper com a estrutura dominante em qualquer nível, seja psicológico, seja social. Então, assim como o país tem dificuldades de enfrentar seu passado, o narrador desse romance tenta levar a vida adiante sem sair de projeções de si mesmo.

Ciccio narra os acontecimentos de forma melancólica, também evitando encarar a dor das ausências, mas com outro tom em relação ao que é adotado pela própria mãe: o da indiferença. Em determinado momento, ele não se interessa mais pelo toque do telefone, que poderia trazer notícias de seu irmão. Essa condução da narração reforça cada vez mais sua visão pessimista, configurando um desfecho que pode ser lido como distópico.

Mais do que apático, o “eu” que narra torna-se distópico. A distopia é vista aqui como um sentimento de apatia extrema do sujeito, marcada pela falta de qualquer perspectiva com relação ao futuro. Nesse sentido, as cicatrizes deixadas pela brutalidade do Estado e por suas práticas violentas se impõem de forma esmagadora sobre o indivíduo na forma da desilusão, limitando a sua capacidade de acreditar que tempos mais auspiciosos possam existir. (KUNZ; LORO, 2017, p. 355)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com dois irmãos desaparecidos, o romance amarra dois tempos e dois espaços de catástrofes: a Alemanha nazista e o Brasil da ditadura civil-

militar. São dois países com muitas contas a acertar com as gerações de mortos e desaparecidos sob o jugo do Estado. São dois períodos que na ficção de Chico Buarque subtraíram dois irmãos do convívio com Ciccio e que fora do romance colocaram em jogo muitas vidas: marcadas, violadas, injustiçadas.

De acordo com o autor, existiram duas histórias do irmão alemão: a do livro e a que, segundo ele, continua a ser uma indagação – “quem foi esse irmão?”. A autoficção constituiu um caminho para o leitor coparticipar dessa pergunta e, por isso, ser quase testemunha dessa ausência que tem a forma de uma angústia.

Situar o leitor na posição de testemunha de um evento catastrófico é, para Seligman-Silva (2000), um dilema da literatura de testemunho. No caso da *Shoah*, “não há parâmetro possível para a sua narrativa; e não há um “outro” a quem se dirigir, na esperança de ser reconhecido como sujeito e ter uma resposta” (SELIGMAN-SILVA, 2000, p. 9). Neste aspecto, lançar mão da ficcionalização de si é deixar de lado o esforço de buscar uma autenticação de si ou mesmo ser uma testemunha autêntica? Talvez. Mas é inegável que, pela via da autoficção, a questão sem resposta atingiu um outro, em outro lugar, exercendo – de longe – até mesmo um papel pedagógico, pois essa característica vem no vigor das perguntas.

É importante destacar o papel dos arquivos no desenvolvimento do enredo do romance, mas é ainda mais importante pensar também no romance enquanto arquivo da história, uma vez que, com os personagens de sua imaginação, Chico Buarque “desenterra as memórias do passado”, atuando, enquanto escritor, no trabalho de elaboração do trauma coletivo da ditadura.

Segundo Jacques Derrida (2001), quando o escritor trabalha com vestígios do passado, ele se debruça sobre várias camadas sobrepostas, executando um processo de reorganização dos dados do passado. Essas camadas sobrepostas podem ser entendidas enquanto “palimpsesto a ser decifrado, recomposto e ressignificado” (FIGUEIREDO, 2017, p. 29). Portanto, a ficcionalização dos arquivos familiares, como a exemplo da carta encontrada dentro do livro, é um exercício de transformação do passado.

A literatura sobre a ditadura se constrói a partir desse palimpsesto e cumpre o papel de suplemento dos arquivos que, ainda quando abertos à população para consulta, são áridos e de difícil leitura. Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. (FIGUEIREDO, 2017, p. 29)

O romance *O irmão alemão*, portanto, insere-se neste tempo como um documento cultural que traz uma relevante contribuição para um debate mais que urgente e cada vez menos incentivado pelos dirigentes de nosso país. Estes, por outro lado, ainda podem a qualquer momento voltar a arrogar-se o direito de assinar decretos a partir da mescla de terror estatal, fascismo e monarquia medieval. Assim, a literatura quando intervém nos arquivos, como os livros infinitamente sobrepostos nas estantes de Sérgio de Hollander, pode ser uma força de resistência, porque o trabalho de memória exige um esforço de consciência e imaginação que a literatura alcança. Neste aspecto, ela é uma instituição e enquanto tal possui seu lugar na manutenção da democracia. Não à toa que é um dos principais alvos de ataque de governos autoritários, na forma da censura ou de *Bücherverbrennung*, a grande queima de livros na Alemanha nazista.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BUARQUE, C. *O irmão alemão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Rádio Atividade*. Rádio do Centro Cultural de São Paulo, São Paulo, 10 dez. 1985. (Entrevista à Angélica Sampaio).

CABRAL, R.; LAPA, R. *Desaparecidos políticos*. Rio de Janeiro: Edições Opção, 1979.

CASTELLO, J. O irmão alemão vai ao limite de uma busca alucinante. *O Globo*. São Paulo, 15 nov. 2014. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/critica-irmao-alemao-vai-ao-limite-de-uma-busca-alucinante-14564813>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CHICO, um artista brasileiro. Direção: Miguel Faria Jr. Globo Filmes, 2015. 1 DVD (82 min.).

CHICO Buarque é o único brasileiro entre os mais lidos. *Band*. 28 dez. 2015. Entretenimento e cultura. Disponível em:

<https://entretenimento.band.uol.com.br/cultura/noticias/?id=100000787386>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

COZER, R. Novo livro de Chico transforma em ficção busca do compositor pelo irmão. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15 nov. 2014. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1548258-novo-livro-de-chico-transforma-em-ficcao-busca-do-compositor-pelo-irmao.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CHAUÍ, M. A tortura como impossibilidade da política. In: *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 127-135.

COELHO, S. A verdade e a mentira do irmão alemão de Chico Buarque. *Observador*. 25 fev. 2015. Disponível em: <https://observador.pt/2015/02/25/a-verdade-e-a-mentira-do-irmao-alemao-de-chico-buarque/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund (Guerreiros do Araguaia) vs Brasil*. 24 nov. de 2010. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

DEL VECCHIO DE LIMA, Analice. Aspectos da escrita contemporânea em *O irmão alemão*, de Chico Buarque. *Revista Inventário*, Salvador, n. 17, p. 1-12, dez. 2015.

DELMASCHIO, A. P. *A máquina de escrita (de) Chico Buarque*. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: http://www.ciencialit.letras.ufjf.br/trabalhos/2008/andreiadelmaschio_amaquinate.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

DOUBROVSKY, S. *Fils*. Paris: Galimard, 1977.

FIGUEIREDO, E. Os arquivos do mal: memória, esquecimento e perdão. In: *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 13-40.

_____. *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KUNTZ, M; LORO, F. As memórias da dor no romance *O irmão alemão*, de Chico Buarque. *Revista Literatura, história e memória*, Cascavel, v. 13. n. 22, p. 345-57, 2017.

LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

MAIA, M. C. Novo romance de Chico Buarque é inspirado em meio irmão desconhecido. *Veja*, São Paulo, 3 nov. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/novo-romance-de-chico-buarque-e-inspirado-em-meio-irmao-desconhecido/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MESQUITA, M. Violação dos direitos humanos no período militar está fora dos livros de História. *Jornal do Comércio on-line*, Recife, 31 ag. 2015. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/08/31/violacao-dos-direitos-humanos-no-periodo-militar-esta-fora-dos-livros-de-historia-196805.php>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MIYAZAWA, P. Chico Buarque revela obsessão em livro que mistura ficção e autobiografia. *Portal Uol*. São Paulo, 17 nov. 2014. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2014/11/17/chico-buarque-revela-obsessao-em-livro-que-mistura-ficcao-e-autobiografia.htm>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MOLINA, Federico Riva. Na Argentina, falar da ditadura e dos militares que a conduziram é motivo de desonra. *El país*. 31 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/opinion/1553971198_297214.html. Acesso em: 13 abr. 2020.

NASCIMENTO, E. Matérias-primas: da autobiografia à autoficção – ou vice-versa. In: NASCIF, Rose Mary Abrão; LAGE, Verônica Lucy Coutinho (Org.). *Literatura, crítica, cultura IV: interdisciplinaridade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 189-207.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 30 maio 1991.

SANTOS, A. C.; RODRIGUES, J. A ficcionalização e a encenação da figura autoral em *O irmão alemão*: uma autoficção de Chico Buarque. In: *Anais Eletrônico do XV Congresso Internacional Associação Brasileira de Literatura Comparada: Textualidades contemporâneas*, UERJ, Rio de Janeiro, 2017, v. 1, p. 1319-22.

SCARPIN, P. Chico Buarque e o irmão alemão. *Piauí*. 12 jan. 2015. Rádio Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/podcast-chico-buarque-e-o-irmao-alemao/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOARES, M. I. de C. Autoficção e história em O irmão alemão. In: *Anais Eletrônico do XV Congresso Internacional Associação Brasileira de Literatura Comparada: Textualidades contemporânea*. Anais, n. 15, 2017, UERJ, Rio de Janeiro, 2017, v. 3, p. 5873-81.

WELTER, J. V. Onde andarão Castana, Matilde, Sergio, Domingos, Ariosto...? Os desaparecidos como princípio formal dos romances de Chico Buarque. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 66, abr. 2017, p. 69-85.

TALENTO, A. Ex-delegado do Dops diz que morte de Zuzu Angel foi planejada pela ditadura. *Folha de S. Paulo*. Poder. Brasília, 23 jul. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1490254-ex-delegado-do-dops-diz-que-morte-de-zuzu-angel-foi-planejadahttps>: Acesso em: 13 nov. 2019.

TELES, J. de A. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (Org.). *Escritas da violência: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 109-18.

Data de recebimento: 24 abr. 2020

Data de aprovação: 13 nov. 2020